



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

LEI COMPLEMENTAR nº 98/2018

Data : 25 de maio de 2018.

Súmula: Dispõe sobre sistemas, mecanismos e incentivos à atividade tecnológica e inovativa, visando ao desenvolvimento sustentável do município de Bandeirantes(PR).

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Para efeito desta Lei, ter-se-á o(s) seguinte(s) entendimento(s) de:

I - Inovação: é o resultado da introdução de novidades ou aperfeiçoamentos no ambiente produtivo ou social, na forma de novos processos, bens e serviços;

II - Tecnologia: é o conjunto ordenado de conhecimentos empregados na produção e comercialização de bens e serviços e integra não só os conhecimentos científicos – provenientes das ciências naturais, sociais e humanas – mas igualmente os conhecimentos empíricos que resultam de observações, experiência, atitudes específicas e tradição (oral ou escrita);

III - Ciência: é o conjunto organizado dos conhecimentos relativos ao universo, envolvendo seus fenômenos naturais, ambientais e comportamentais;

IV - Processo de Inovação Tecnológica: é o conjunto de atividades práticas para transformar uma idéia, invenção ou oportunidade em uma solução inovadora na forma de um processo, produto, serviço ou sistema com características diferenciadas;

V - Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICTI: é uma pessoa jurídica, pública ou privada, que tem como missão o ensino superior e/ou profissionalizante, a pesquisa e o desenvolvimento e/ou outra atividade de cunho científico, tecnológico ou de inovação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

VI - Célula de Competência em Ciência, Tecnologia e Inovação: é um grupo de pesquisadores especialistas em uma determinada temática científica, tecnológica ou de inovação, os quais atuam em conjunto no âmbito de uma ICTI;

VII - Incubadora de Empresas: é um ambiente que estimula e apóia a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infra-estrutura básica compartilhada, de formação complementar do empreendedor e do suporte para alavancagem de negócios e recursos, visando facilitar os processos de inovação tecnológica e a competitividade, dotada de uma entidade gestora pública ou privada;

VIII - Centro de Inovação: é um ambiente integrado que concentra e oferece um conjunto de mecanismos e serviços de suporte ao processo de inovação tecnológica das empresas de um Arranjo Promotor de Inovação – API, constituindo-se também o centro de interação empresarial acadêmica para o desenvolvimento do segmento econômico;

IX - Parque Tecnológico/Inovação: é um ambiente que congrega organizações empresariais, científicas e tecnológicas estruturadas de maneira planejada, concentrada e cooperativa para promover a cultura e a prática da inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras e sua interação com ICTIs, dotado de uma entidade gestora pública ou privada;

X - Arranjo Promotor de Inovação (Cluster) – API: é uma ação programada e cooperada envolvendo ICTIs, Empresas e outras Organizações, em determinado setor econômico especializado, visando ampliar sua capacidade de inovação, seu desenvolvimento econômico, social e ambiental, dotada de uma entidade gestora pública ou privada, que atua como facilitadora das atividades cooperativas;

XI - Empreendedorismo Inovador: é a iniciativa e a capacidade de promover a criação e o desenvolvimento de empreendimentos inovadores;

XII - Empresa de Base Tecnológica ou Empresa Inovadora: é a pessoa jurídica que tem a base de seus negócios dominada por suas inovações de produtos, processos ou serviços, resultados da aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos;

XIII - Economia Verde: é uma atividade econômica que, por meio da inovação promove a redução dos riscos ambientais e das escassezes ecológicas, resultando na melhora do bem estar humano e da igualdade social.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A presente Lei tem, entre outros, o fim de dar cumprimento às disposições do artigo 218, da Constituição Federal de 1988, do art. 3º da Lei Federal n.º 10.973 e de 02 de dezembro de 2004 (Lei Federal de Inovação).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 3º - Esta Lei Complementar estabelece medidas de incentivo às atividades tecnológicas e de inovação realizadas pelas organizações e cidadãos estabelecidos ou domiciliados no Município de Bandeirantes, a fim de promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental e a melhoria dos serviços públicos municipais de forma específica.

Art. 4º - Para a realização dos objetivos desta Lei são constituídos: I - o Sistema Municipal de Inovação - SMI; II - o Conselho Municipal de Inovação – CMI; III - o Fundo Municipal da Inovação - FMI; IV - o Programa de Incentivo à Inovação – PII; V - a Rede de Promoção da Inovação - RPI; VI - o Plano de Sustentabilidade do Executivo Municipal; e VII - o Plano de Inovação do Executivo Municipal.

CAPÍTULO III DO SISTEMA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO – SMI

Art. 5º - Fica instituído o Sistema Municipal de Inovação de Bandeirantes, para viabilizar:

- I - A articulação estratégica das atividades dos diversos organismos públicos e privados que atuam direta ou indiretamente no desenvolvimento de Inovação em prol da municipalidade;
- II - A estruturação de ações mobilizadoras do desenvolvimento econômico, social e ambiental do Município;
- III - O incremento das interações entre seus membros, visando ampliar a sinergia das atividades de desenvolvimento da inovação; e
- IV - A construção de canais e instrumentos qualificados de apoio à inovação para o desenvolvimento sustentável e para a transição à Economia Verde.

Art. 6º - Integram o Sistema Municipal de Inovação de Bandeirantes:

- I - O Conselho Municipal de Inovação e seus membros;
- II - A Prefeitura Municipal de Bandeirantes por meio da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo e demais unidades organizacionais;
- III - A Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirantes por meio de sua Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Pecuária;
- IV - As Instituições de Ensino Superior, Tecnológico e Profissionalizantes estabelecidas no Município;
- V - As Associações, Entidades Representativa de Categoria Econômica ou Profissional, Agentes de Fomento, Instituições Públicas e Privadas, que atuem em prol da Ciência, Tecnologia e Inovação domiciliadas no Município de Bandeirantes;
- VI - O Parque(s) Tecnológico e de Inovação e a Incubadora(s) de Empresas Inovadoras de Bandeirantes;
- VII - As Empresas Inovadoras com estabelecimento no Município de Bandeirantes, indicadas por suas respectivas entidades empresariais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

VIII - Arranjos Promotores de Inovação reconhecidos pelo Conselho Municipal de Inovação.

Art. 7º - Poderão ser credenciadas ao Sistema Municipal de Inovação, segundo regulamento aprovado pelo Conselho Municipal de Inovação, unidades de promoção e serviços de apoio às empresas de base tecnológica ou inovadoras que atuem nos seguintes ramos:

I - Internacionalização e comércio exterior;

II - Propriedade intelectual;

III - Fundos de investimento e participação;

IV - Consultoria tecnológica, empresarial e jurídica a empresa(s) de base tecnológica;

V - Condomínios empresariais do setor tecnológico;

VI - Outros que forem julgados relevantes pelo Conselho Municipal de Inovação.

§ 1º - O credenciamento terá validade de quatro anos, contados da sua concessão, sendo que a renovação se dará na forma do regulamento.

§ 2º - As empresas participantes de Incubadoras, Centros de Inovação e Parques Tecnológicos/Inovação, integrantes do Sistema Municipal de Inovação, serão consideradas integrantes credenciadas e poderão usufruir dos benefícios estabelecidos nesta Lei Complementar.

§ 3º - O Município, frente às suas disponibilidades, poderá ceder por prazo determinado ou indeterminado, mediante condições a serem estabelecidas no termo de cessão de uso, imóveis, edifícios ou não, de sua propriedade, para instituições gestoras de mecanismos de promoção da Inovação, devidamente qualificadas, com base em critérios definidos pelo Conselho Municipal de Inovação e integrantes dos Arranjos Promotores da Inovação - APIs.

§ 4º - O Município poderá realizar investimentos diretos e indiretos, inclusive de infraestrutura, em bens públicos que dão suporte aos mecanismos de promoção da inovação.

Art. 8º - Para fazer parte do Sistema Municipal de Inovação a entidade interessada deve tornar público, no Portal da Secretaria da Indústria, Comércio e do Turismo, o seu plano de ação no setor e sua convergência com as diretrizes de Inovação do Município, submetendo-se a aprovação pela Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo.

Art. 9º - O Sistema Municipal de Inovação promoverá uma política de fomento, prioritariamente, através do desenvolvimento dos Parques Tecnológicos, das Incubadoras de Empresas Inovadoras e dos Arranjos Promotores de Inovação (Clusters) do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SEÇÃO I DO CONSELHO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO – CMI

Art. 10 - Fica criado o Conselho Municipal de Inovação, como órgão de participação direta da comunidade na Administração Municipal, responsável por:

I - Formular, propor, avaliar e fiscalizar ações e políticas públicas de promoção da inovação para o desenvolvimento do Município, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;

II - Promover a geração, difusão e democratização do conhecimento, das informações e novas técnicas e incentivar a introdução e adaptação, à realidade local, de técnicas já existentes;

III - Promover e incentivar estudos, eventos e pesquisas nas áreas de que trata a presente Lei;

IV - Contribuir na política de inovação a ser implementada pela Administração Pública Municipal, visando à qualificação dos serviços públicos municipais;

V - Sugerir políticas de captação e alocação de recursos para as finalidades da presente Lei;

VI - Fiscalizar e avaliar o correto uso dos recursos do Fundo Municipal de Inovação, conforme estabelecido no artigo 16 desta Lei;

VII - Deliberar sobre o reconhecimento e inclusão dos Arranjos Promotores de Inovação (Clusters) no Sistema Municipal de Inovação e nas políticas, programas e mecanismos municipais criados para realizar os objetivos desta Lei;

VIII - Acompanhar através de análise de relatório de atividades e do balanço geral a execução do Plano Municipal de Inovação e do Plano Municipal de Sustentabilidade das unidades organizacionais do Poder Executivo Municipal;

IX - Definir políticas de aplicação dos recursos do Programa de Incentivo à Inovação conforme estabelecido no artigo 39 desta Lei Complementar;

X - Aprovar seu Regimento Interno;

XI - Colaborar na articulação das ações entre vários organismos públicos e privados envolvidos na formulação da política de inovação com outros Municípios, Estados, União e, em especial, com os Municípios que integram a Associação dos Municípios do Norte do Paraná - AMUNOP;

XII - Propor ao Executivo Municipal o aperfeiçoamento profissional e a introdução de métodos de trabalho e técnicas operacionais, visando à qualificação da esfera pública municipal na prestação de serviços públicos com aplicação de inovação;

XIII - Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico inovador voltados ao aperfeiçoamento dos serviços públicos municipais e ao uso e controle dos recursos naturais e à transição para a Economia Sustentável;

XIV - Promover estudos para prevenir e evitar os impactos sociais e ambientais negativos das inovações, através de políticas para o emprego e controle das condições de trabalho e de políticas de transição para a economia verde;

XV - Deliberar sobre a criação de grupos de trabalho e/ou a instituição de projetos, visando concretizar os objetivos da presente Lei;

XVI - Fiscalizar o funcionamento do Fundo Municipal de Inovação e do Programa Municipal de Incentivo à Inovação, nos termos estabelecidos na presente Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 1º - A governança do Conselho Municipal de Inovação será exercida pelo Presidente, dois Vice-presidentes, dois Secretários e a Secretaria Executiva.

§ 2º - O Conselho Municipal de Inovação reunir-se-á ordinariamente semestralmente, ou extraordinariamente mediante convocação de seu Presidente e deliberará por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos conselheiros.

§ 3º - Na primeira reunião ordinária de cada início de mandato do Poder Executivo Municipal, os membros do Conselho Municipal de Inovação elegerão seus 1º e 2º Vice-Presidentes e 1º e 2º Secretários.

§ 4º - O Secretario Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo será o Presidente nato do Conselho Municipal de Inovação.

§ 5º - O exercício de qualquer cargo de direção ou membro do Conselho Municipal de Inovação não será remunerado e será considerado relevante serviço público.

Art. 11 - O Conselho Municipal de Inovação será constituído por até trinta e três membros vinculados à Administração Municipal, à comunidade científica, tecnológica e de inovação, às entidades empresariais e à sociedade civil organizada, a saber:

- I - Secretário (a) Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo de Bandeirantes – Presidente;
- II - Secretário (a) Municipal da Educação;
- III - Secretário (a) Municipal da Fazenda;
- IV - Secretário (a) Municipal de Agricultura;
- V – Secretário (a) Municipal de Meio Ambiente;
- VI – Secretário (a) Municipal do Planejamento
- VII - Secretário (a) Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do PR;
- VIII - Presidente da Comissão Permanente de Agricultura, Indústria, Comércio e Pecuária da Câmara de Vereadores de Bandeirantes;
- IX - Representante do SESI – Bandeirantes e seu respectivo suplente;
- X - Representante da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Cornélio Procopio - UTFPR e seu respectivo suplente;
- XI - Representante da Universidade Estadual do Norte do Paraná – Campus Bandeirantes - UENP e seu respectivo suplente;
- XII - Representante da ACIAB e seu respectivo suplente;
- XIII - Representante da FIEP – Coordenadoria Regional e seu respectivo suplente;
- XIV - Representante do SINDIRURAL e seu respectivo suplente;
- XV - Representante do SEBRAE PR – Regional Londrina e seu respectivo suplente;
- XVI - Representante do PTNP – Parque Tecnológico Norte do Paraná – Polo Cornélio Procopio e seu respectivo suplente;
- XVII - Representante da Incubadora de Inovações da UTFPR-CP e seu respectivo suplente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XVIII – Representante da Universidade do Norte do Paraná, Campus de Bandeirantes-PR,
XIX - Até três representantes de instituições Públicas ou privadas com atuação relevante na área de ciência, tecnologia e inovação, previamente homologados pelo Conselho Municipal de Inovação - CMI e seus respectivos suplentes.

XX - Até oito representantes dos Arranjos Promotores de Inovação– API credenciados pelo CMI, previamente homologados pelo Conselho Municipal de Inovação - CMI e seus respectivos suplentes.

Parágrafo Único - Para a primeira composição do Conselho Municipal de Inovação, os membros de que trata o inciso XVIII serão indicados pelo Prefeito Municipal dentre lista submetida pelo Secretário Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo.

Art. 12 - A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Inovação funcionará junto à Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo.

Art. 13 - Compete à Secretaria Executiva:

- I - organizar as reuniões e dar suporte às atividades do Conselho Municipal de Inovação;
- II - ser responsável pela publicidade das atas, formalização das deliberações e atos do Conselho Municipal de Inovação e pela organização de seu protocolo geral;
- III - coordenar e efetivar atividades para o aperfeiçoamento dos serviços e produtos públicos municipais, no que concerne às atividades interdisciplinares e/ou multidisciplinares;
- IV - constituir e apoiar os grupos de trabalho para viabilizar a execução de estudos, projetos e outras atividades propostas pelo Conselho Municipal de Inovação.

Art. 14 - A Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo alocará, dentre seus quadros de servidores, os recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento da Secretaria Executiva.

Parágrafo Único. O Secretário Executivo do Conselho Municipal de Inovação será escolhido entre os servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo.

SEÇÃO II

DOS ARRANJOS PROMOTORES DE INOVAÇÃO - API

Art. 15 - O Conselho Municipal de Inovação credenciará, para efeito de incentivos, os Arranjos Promotores de Inovação (Clusters) – APIs que forem julgados de interesse da municipalidade, na forma desta Lei Complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 1º - Para fazer jus aos incentivos estabelecidos por esta Lei o requerente deverá fazer parte de Arranjo Promotor de Inovação – API credenciado pelo Conselho Municipal de Inovação – CMI;

§ 2º - A informação sistemática de dados cadastrais e socioeconômicos, conforme regulamento estabelecido por Portaria do Secretário da Indústria, Comércio e do Turismo é pré-requisito para participar de Arranjo Promotor de Inovação – API credenciado;

§ 3º - Os Arranjos Promotores de Inovação - API deverão atender critérios de propósitos, porte e gestão a serem propostos pelo Secretário Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo, homologados pelo Conselho Municipal de Inovação - CMI e regulamentados em Resolução específica da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo.

CAPÍTULO IV DOS MECANISMOS DE INCENTIVO E FOMENTO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO MUNICÍPIO

Art. 16 - Fica criado o Fundo Municipal de Inovação - FMI, com objetivo de promover atividades inovadoras para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de Bandeirantes, sob a forma de programas e projetos.

Art. 17 - Fica instituído, no âmbito do Município de Bandeirantes o incentivo fiscal através do Programa de Incentivo à Inovação - PII, a ser concedido à pessoa natural ou jurídica, estabelecida no Município, de acordo com as disposições desta Lei Complementar.

SEÇÃO I DO FUNDO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO - FMI

Art. 18 - O Fundo Municipal de Inovação - FMI estará vinculado diretamente à Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo de Bandeirantes(PR).

Art. 19 - O Fundo Municipal de Inovação - FMI é um fundo dotado de autonomia administrativa e financeira, com escrituração contábil própria, de conformidade com a legislação pertinente, que efetiva o apoio financeiro, reembolsável ou não, a programas e projetos inovadores de interesse da Municipalidade, assim caracterizados em conformidade à sua regulamentação.

§ 1º - O apoio será para planos, estudos, projetos, programas, serviços tecnológicos e de engenharia, capacitações, eventos e outras



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

atividades de cunho inovador que resulte em soluções de interesse para o desenvolvimento sustentável de Bandeirantes;

§ 2º - Poderão ser proponentes pessoas naturais, pessoas jurídicas, instituições, universidades e órgãos governamentais.

§ 3º - Os recursos do Fundo Municipal de Inovação - FMI poderão atender fluxo contínuo e a edital de chamada pública de projetos, podendo também orientar-se segundo regramento de eventual financiador/patrocinador que aportou recursos.

Art. 20 -Constituem receitas do Fundo Municipal de Inovação - FMI:

I - As transferências financeiras eventualmente realizadas pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado do Paraná, diretamente para o Fundo;

II - Dotações orçamentárias que lhe sejam destinadas pela Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em valor correspondente a 0,5% (meio por cento) da previsão de receita orçamentária própria anual;

III - Os recursos financeiros resultantes de consórcios, convênios e contratos celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado nacional ou estrangeiro;

IV - Devolução de recursos e multas decorrentes de projetos beneficiados por esta Lei, não iniciados, interrompidos, ou saldo de projetos concluídos;

V - Os rendimentos provenientes de aplicações financeiras;

VI - Doações, legados, contribuições em espécie, valores, bens móveis e imóveis recebidos de pessoas físicas e jurídicas;

VII - Os recursos financeiros decorrentes da alienação de materiais, bens ou equipamentos de propriedade do Fundo, considerados inservíveis;

VIII - Receitas de eventos, atividades, campanhas ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o Fundo;

IX - Outros recursos financeiros lícitos, de qualquer natureza, que lhe forem transferidos.

§ 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em agência de instituição financeira que mantenha contrato com a Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

§ 2º - A aplicação dos recursos financeiros dependerá da existência de disponibilidade, em função do cumprimento de programação, sendo admitida somente nas hipóteses em que a mesma não venha a interferir ou a prejudicar as atividades do Fundo.

§ 3º - Os saldos financeiros do Fundo, apurados em balanço anual ao final de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

§ 4º - A percepção de recursos adicionais, previstos nos incisos III a IX deste artigo, não substitui, complementa ou altera o valor mínimo destinado ao Fundo no orçamento municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 5º - A Lei Orçamentária do Município de Bandeirantes consignará, anualmente, dotação específica para cumprimento do inciso II deste artigo.

§ 6º - No caso de exercício em curso, quando da entrada em vigor desta Lei, deverá o Poder Executivo Municipal proceder a dotação proporcional, por meio da transferência de rubricas já constantes do orçamento.

Art. 21 - Os recursos do Fundo Municipal de Inovação - FMI serão destinados para financiamento do desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados aos objetivos da presente Lei Complementar:

I - Em percentual de até 20% (vinte por cento) para fomento à inovação nas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

II - Em percentual de até 10% (dez por cento) para cobrir os custos administrativos do próprio Fundo.

III - Em percentual de até 10% (dez por cento) para projetos de inclusão digital.

Art. 22 - Os recursos do Fundo poderão ser aplicados através de convênios, termos de cooperação, termos de parceria, contratos de gestão, acordos de cooperação, contratos de subvenção, termo de outorga de auxílio financeiro, e outros instrumentos legais de contratação que vierem a ser celebrados pelo Município de Bandeirantes, com:

I - Órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, da União, Governo do Estado do Paraná;

II - Entidades privadas, atuantes como PTNP; e

III - Redes de entidades e empresas de direito público ou privado, participantes dos Arranjos Promotores de Inovação - APIs credenciados, que desenvolvem projetos inovadores, sempre que os objetivos pretendidos estejam associados aos do Fundo, para a execução de projetos, atividades, serviços, aquisição de bens ou eventos de interesse público do Município de Bandeirantes.

IV - Pesquisadores com interveniência de sua Incubadora de Inovações Tecnológicas ou autônomos;

§ 1º - Os convênios, termos de cooperação ou acordos de cooperação, poderão prever a destinação de até 10% (dez por cento) do valor total dos recursos financeiros concedidos à execução do projeto, para cobertura de despesas operacionais e administrativas.

§ 2º - Os recursos transferidos deverão ser movimentados em conta corrente bancária individualizada e, enquanto não utilizados na execução do objeto, aplicados no mercado financeiro em fundos lastreados por títulos da dívida pública.

§ 3º - Os recursos provenientes da aplicação financeira não aplicados na consecução do objeto contratado, deverão ser restituídos ao Concedente, atualizados monetariamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 4º - Os instrumentos celebrados poderão ter seus prazos de vigência prorrogados até o limite da legislação aplicável.

§ 5º - Os planos de trabalho poderão ser alterados mediante proposta, devidamente justificada e formalizada por meio de aditamento.

§ 6º - Quando se tratar de alteração do plano de aplicação dentro da mesma categoria econômica (despesas correntes ou de capital, constantes do plano de trabalho), o conveniente ou acordante fica dispensado de solicitar previamente a reformulação, desde que não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) o valor inicialmente aprovado para cada categoria econômica.

§ 7º - Quando a liberação dos recursos ocorrer em três ou mais parcelas, a terceira parcela ficará condicionada à aprovação de prestação de contas parcial referente a primeira parcela liberada e assim sucessivamente.

§ 8º - Será permitida, em caso de projeto cujo arranjo institucional envolva em sua execução mais de uma Instituição, a transferência de recursos da conta bancária individualizada do convênio, termo de cooperação, termo de parceria, contrato de gestão ou do acordo de cooperação, para contas bancárias específicas de outros partícipes, que serão responsáveis diretos pela gestão financeira desses recursos, visando a execução do projeto. Caberá ao conveniente ou acordante destinatário desses recursos apresentar a prestação de contas consolidada à concedente.

§ 9º - Será permitida a utilização de ressarcimento de despesas referentes a vencimentos e obrigações patronais, desde que haja comprovação dos gastos efetuados.

§ 10 - Caso ocorra atraso na liberação de recursos durante a vigência do instrumento, os gastos previstos no plano de trabalho, relativos às parcelas em atraso, eventualmente antecipadas pelo conveniado, poderão ser ressarcidos, desde que necessários à continuidade do projeto.

§ 11 - A concedente analisará a prestação de contas do convênio ou equivalente, no prazo previsto em Lei.

§ 12 - Poderá a Concedente prorrogar a vigência do convênio, termo de cooperação ou acordo de cooperação, na mesma medida de eventual atraso na liberação dos recursos, obedecido o prazo previsto em lei.

Art. 23 - É vedada inclusão nos instrumentos a serem celebrados, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

I - Pagar a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta concedente, por serviços, salvo nas hipóteses expressamente previstas em leis específicas;

II - Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento, salvo excepcionalmente para aquelas cobertas por outros aportes, desde que previstas no plano de trabalho;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

III - Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente da concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

IV - Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;

V - O pagamento, inclusive com os recursos de contrapartida, de gratificação, consultoria, assessoria, assistência técnica ou qualquer outra espécie de remuneração e respectivas obrigações patronais a servidor ou empregado que pertença aos quadros de pessoal da concedente;

VI - A transferência de recursos para igrejas, cultos religiosos, instituições de caridade ou sindicatos de categoria econômica ou profissional;

VII - Realizar despesas com publicidade, salvo de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho.

Parágrafo único - O Fundo financiará até 100% (cem por cento) do valor pleiteado de cada projeto aprovado.

Art. 24 - O Comitê Gestor do Fundo Municipal de Inovação será composto pelo Secretário Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo, pelo Secretário Municipal da Fazenda, pelo Secretário Municipal da Educação e por outros três membros, todos não remunerados, eleitos pela plenária do Conselho Municipal de Inovação, entre os seus pares.

Parágrafo Único - Caberá ao Secretário da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo, presidir o Comitê Gestor do Fundo Municipal de Inovação.

Art. 25 - Compete ao Comitê Gestor do Fundo Municipal de Inovação:

I - Elaborar o Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo e publicar o respectivo relatório anual de atividades;

II - Fixar, em regulamento, os critérios e condições de acesso aos recursos do Fundo;

III - Fiscalizar a aplicação dos recursos concedidos pelo Fundo;

IV - Deliberar sobre a concessão de recursos aos projetos apresentados;

V - Deliberar sobre os requerimentos e a concessão de bolsas de pesquisa, em nível de pós-graduação, inseridas no Plano de Inovação do Executivo Municipal, conforme estabelecido no artigo 57 desta Lei Complementar.

Parágrafo Único - Em caso de empate nas votações, o Presidente terá voto de qualidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 26 - A gestão administrativa e financeira do Fundo é de responsabilidade da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo, por seu titular.

Parágrafo Único - São atribuições do Secretário Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo, na qualidade de gestor do FMI:

- I - Representar o Fundo ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- II - Prever e prover os recursos necessários ao alcance dos objetivos do Fundo;
- III - Responsabilizar-se pela guarda e boa aplicação dos recursos do Fundo;
- IV - Autorizar as despesas e pagamentos, dentro das disponibilidades financeiras e em conformidade com o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo;
- V - Movimentar em conjunto com o Secretário Executivo do Fundo, as contas bancárias do Fundo;
- VI - Estabelecer e executar a política de aplicação dos recursos do Fundo, observadas as diretrizes básicas e prioritárias definidas pela administração pública municipal;
- VII - Acompanhar e avaliar a realização de ações e projetos inovadores;
- VIII - Elaborar o Plano Orçamentário e de Aplicação a cargo do Fundo, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, observados os prazos legais do exercício financeiro a que se referem;
- IX - Aprovar as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;
- X - Firmar convênios, acordos e contratos, visando à obtenção de recursos a serem administrados pelo Fundo;
- XI - Estabelecer os regimentos, inclusive os formulários e o meios, para as prestações de contas dos projetos executados com os recursos do Fundo, de acordo com a legislação municipal aplicável;
- XII - Analisar e aprovar as prestações de contas;

Art. 27 - A Secretaria Executiva do FMI será acumulada por servidores lotados na Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo e a função de Contador do FMI, será exercida por um dos servidores municipais, ocupantes de cargo de Contador do Município de Bandeirantes(PR).

Art. 28 - O Fundo Municipal de Inovação é dotado de autonomia administrativa e financeira, com escrituração contábil própria, de conformidade com a legislação pertinente.

Art. 29 - O orçamento e a contabilidade do Fundo deverão evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária, observado as normas estabelecidas na Lei Federal n.º 4.320 de 1964 e Lei Complementar Federal n.º 101 de 2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 30 - O proponente que não comprovar a correta aplicação dos recursos nos prazos estipulados ficará sujeito às sanções civis, penais e administrativas previstas em Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 31 - Adicionalmente mediante regular processo administrativo, obedecido o contraditório e ampla defesa, ser multado em até 100% do valor recebido, corrigido monetariamente e poderá ser excluído de qualquer projeto apoiado pelo Fundo pelo período de até oito anos após o cumprimento dessas obrigações.

Art. 32 - O projeto contemplado pelo Fundo deverá compreender contrapartida social, na forma de maior acesso físico e econômico ao produto e/ou serviço resultante.

Parágrafo Único - A contrapartida poderá ser atendida por meio de recursos financeiros e/ou não financeiros.

Art. 33 - O Poder Executivo Municipal enviará à Câmara Municipal de Vereadores relatório anual sobre a gestão do Fundo.

Art. 34 - Serão aplicadas ao Fundo as normais legais de controle, prestação e tomada de contas estabelecidas pelos órgãos de controle interno da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, sem prejuízo da competência específica do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 35 - Através de certames públicos poderão ser contemplados projetos inovadores, que tenham como objetivo resultados de impacto para o desenvolvimento econômico sustentável, social e ambiental do município.

Art. 36 - As propostas selecionadas, poderão ser implementadas por meio de Encomendas parciais ou Ordens de Serviço, especificando as razões da escolha, em especial a criticidade e/ou a especificidade do tema, a singularidade da instituição ou a existência de competência restrita, podendo ter, entre outras características, a vinculação a prioridade de programas de governo e/ou programas estratégicos da área de ciência, tecnologia e inovação ou a urgência no seu desenvolvimento e/ou implementação.

Art. 37 - São condições para celebração de convênio, termo de cooperação, acordo de cooperação ou subvenção, o atendimento às disposições legais, aplicáveis aos referidos instrumentos.

Art. 38 - É vedada a celebração de convênios, termos de parceria ou acordos de cooperação ou outros instrumentos contratuais:

I - Com entidades que tenham como dirigentes, proprietários ou controladores:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- a) membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas do Estado, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;
- b) servidor público vinculado ao órgão ou entidade concedente, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;
- c) com entidades públicas ou privadas cujo objeto social não se relacione às características do programa ou que não comprovem dispor de condições técnicas para executar o objeto do convênio, acordo de cooperação, termo de parceria ou instrumento contratual aplicável.

Parágrafo Único - Para fins de contratação e execução do objeto conveniado, é possível o consórcio de instituições de pesquisa e desenvolvimento e empresas, de natureza jurídica pública ou privada, sendo o repasse de recursos a todos os partícipes executores, conforme previsto no plano de trabalho.

SEÇÃO II DO INCENTIVO FISCAL À INOVAÇÃO

Art. 39 - Fica instituído, no âmbito do Município de Bandeirantes, o incentivo fiscal via Programa de Incentivo à Inovação, a ser concedido à pessoa física ou jurídica estabelecida neste Município, que estiver rigorosamente em dia com as suas obrigações para com o Município, com o objetivo primordial de promover o empreendedorismo inovador de interesse da municipalidade, observados os limites desta lei, de sua regulamentação e editais específicos.

Art. 40 - O incentivo fiscal deverá ser aprovado pelo Comitê Gestor do Programa de Incentivo à Inovação, mediante a análise de projeto de inovação que vise o desenvolvimento do Município de Bandeirantes.

§ 1º - Ao proponente de Projeto de Inovação aprovado pelo Comitê Gestor do Programa de Incentivo a Inovação, será emitida uma Carta de Autorização, com validade de até dois anos, para captação de recursos junto a contribuintes incentivadores.

§ 2º - Poderão ser proponentes de Projetos de Inovação ao Programa de Incentivo à Inovação:

- I - Cidadãos residentes e domiciliados em Bandeirantes há mais de três anos que queiram estabelecer no Município um empreendimento inovador de interesse público;
- II - Microempreendedor Individual, microempresa ou pequena empresa com sede em Bandeirantes e integrante de API credenciado, que vise desenvolver ou aprimorar um serviço, sistema ou produto inovador;

§ 3º - Mediante a captação de recursos, com base na Carta de Autorização, será emitido o Certificado de Incentivo Fiscal do Programa de Incentivo à Inovação, que deverá conter os seguintes dados:

- I - Número do Certificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- II - Identificação do projeto e do proponente;
- III - Nome e CNPJ ou BANDEIRANTES do contribuinte incentivador;
- IV - Valor total do projeto;
- V - Valor autorizado para captação;
- VI - Valor do incentivo fiscal concedido ao contribuinte incentivador;
- VII - Número da conta corrente bancária onde deverão ser depositados os recursos;
- VIII - Prazo de validade do Certificado.

§ 4º - O contribuinte incentivador, que estiver em dia com suas obrigações fiscais para com o Município, poderá utilizar-se do certificado recebido para pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN com redução da alíquota ao limite mínimo legal de 2%, no mesmo exercício em que tenha sido emitido o certificado ou no exercício seguinte.

§ 5º - O contribuinte incentivador poderá utilizar-se do certificado recebido para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU de sua sede em Bandeirantes, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor devido no mesmo exercício em que tenha sido emitido o certificado ou no exercício seguinte.

§ 6º - Os valores referidos nos parágrafos § 4º e § 5º deste artigo, não poderão ser aplicados na forma de patrocínio ou investimento para o contribuinte incentivador.

Art. 41 - O Comitê Gestor do Programa de Incentivo à Inovação, que se valerá da composição e estrutura de gestão definida para o Comitê de Gestão do Fundo Municipal de Inovação, conforme estabelecido pelo artigo 24 desta Lei Complementar, terá como competência:

- I - Emitir Carta de Autorização ao proponente de projeto de inovação, aprovado pelo Comitê Gestor do Programa de Incentivo à Inovação, para captação de recursos junto ao contribuinte incentivador;
- II - Emitir Certificado de Incentivo Fiscal ao Programa de Incentivo à Inovação, em nome do contribuinte incentivador, para que este faça sua utilização na forma prevista nesta Lei Complementar.
- III - todo o projeto deverá constar em toda a sua divulgação os dados relativos do § 3º, do art. 40, desta Lei Complementar.

Art. 42 - O Projeto de Inovação aprovado pelo Comitê Gestor do Programa de Incentivo à Inovação não poderá:

- I - Ter prazo de execução superior a dois anos, não sendo permitida a sua prorrogação;
- II - Apresentar valor superior a 50% (cinquenta por cento) do limite de faturamento anual para enquadramento como microempresa nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, em sua redação atualizada.

Art. 43 - Os recursos deverão ser depositados e movimentados em conta corrente específica e exclusiva para o projeto, em nome do proponente do Projeto de Inovação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 1º - Ao término do Projeto o proponente deverá encaminhar à Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo, relatório técnico circunstanciado de resultados do projeto e a respectiva prestação de Contas, no prazo máximo de 60 (sessenta dias) dias.

§ 2º - Além das sanções penais cabíveis, poderá ser multado em até 10 (dez) vezes o valor captado, o proponente que não comprovar, na forma desta Lei, a efetiva aplicação dos recursos captados.

Art. 44 - A Lei Orçamentária Anual fixará o valor que poderá ser utilizado como incentivo fiscal para o Programa de Incentivo à Inovação, valor este que não poderá ser inferior a 1% (um por cento) nem superior a 2,0% (dois por cento) das somas das receitas estimadas para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e do Imposto Predial e Territorial Urbano.

SEÇÃO III DA MARCA CAPITAL DA INOVAÇÃO

Art. 45 - Fica instituída a marca mista, nominativa e figurativa, que caracteriza o Município de Bandeirantes como “Parque da Inovação”, com o objetivo de identificar a participação das entidades integrantes do SMI e de APIs credenciados, nas ações de inovação do Município e indicar a procedência de serviços e produtos das empresas inovadoras de Bandeirantes.

Art. 46 - A marca poderá ser utilizada pelas empresas e organizações participantes do Sistema Municipal de Inovação, dos Arranjos Promotores da Inovação credenciados pelo Conselho Municipal de Inovação e outras entidades autorizadas pelo mesmo Conselho, de forma complementar, em portais, prospectos, projeções, publicações, cartazes, filmes e outros elementos de promoção, divulgação e informações.

Art. 47 - Caberá ao Poder Executivo Municipal a regulamentação dos requisitos de aplicação da marca, como também dos procedimentos para o requerimento de uso.

CAPÍTULO V DOS MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Art. 48 - Ficam instituídos pela presente Lei o Plano de Sustentabilidade Municipal, o Plano de Inovação do Executivo Municipal e a Rede de Promoção da Inovação e fica determinada a utilização da margem de preferência



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

estabelecida no art. 3º, §º 7º, da Lei 8.666/1993, com a redação introduzida pela Lei Federal n.º 12.349, de 15 de dezembro de 2010, o exercício do poder de compra na aquisição de produtos inovadores e contratação de projetos de ciência, tecnologia e inovação.

SEÇÃO I PLANO DE SUSTENTABILIDADE DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 49 - As unidades organizacionais do Poder Executivo Municipal deverão desenvolver, nos mesmos prazos da Lei do Plano Plurianual e considerando os mesmos períodos de aplicação, um Plano de Sustentabilidade de suas atividades.

Art. 50 - O Plano de Sustentabilidade deve conter medidas e propostas suportadas pelo orçamento da unidade organizacional para:

- I - A racionalização de uso de recursos naturais;
- II - Ações de responsabilidade social para servidores;
- III - Ações de eficiência energética e de investimentos em tecnologias limpas;
- IV - Otimização da cadeia de suprimentos;
- V - Preservação do meio ambiente e a reciclagem;
- VI - Respeito aos direitos humanos;
- VII - Proteção à saúde humana e ergonomia no ambiente de trabalho;
- VIII - Preservação da água, saneamento básico e mudança nos padrões de consumo; e
- IX - Ações de Compensação Ambiental.

Art. 51 - Cada unidade organizacional deverá constituir uma comissão de gestão e controle do Plano de Sustentabilidade.

Art. 52 - A junção dos planos de todas as unidades organizacionais formará o Plano de Sustentabilidade do Poder Executivo Municipal.

Art. 53 - Os planos e os respectivos resultados anuais devem ser publicados no portal da Prefeitura Municipal, na internet.

Art. 54 - As compras públicas do Município deverão exigir que as contratações a serem realizadas sejam orientadas para soluções sustentáveis.

§ 1º - O Município estabelecerá em seus processos de compra de serviços, quando pertinente, dentre os requisitos de qualificação dos fornecedores, o fornecimento de metodologia de controle e gestão de projetos, suportada por programa de computador, prevendo a capacitação dos servidores que farão o



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

acompanhamento interno dos projetos e que sejam responsáveis pela aceitação das entregas.

§ 2º - O Município estabelecerá em seus processos de compra os requisitos de sustentabilidade a serem exigidos dos fornecedores, de acordo com Plano de Sustentabilidade elaborado e atualizado anualmente.

Art. 55 - Os requisitos de sustentabilidade a serem atendidos por fornecedores e prestadores de serviços, quando não sejam o próprio objeto da contratação, serão anexados aos editais de compra e o seu cumprimento, dependendo do caso, ensejará pontuação na avaliação das propostas de fornecimento para a classificação nos certames licitatórios.

SEÇÃO II PLANO DE INOVAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 56 - Cada unidade organizacional da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, da administração direta ou indireta, elaborará um Plano Anual de Inovação, em sua área de ação, que será apresentado ao Conselho Municipal de Inovação, destinando, em seu orçamento anual, recursos para a sua execução.

§ 1º - O Plano Anual de Inovação será objeto de publicação e chamada pública, na forma da Lei, para formação de parcerias com Empresas de Base Tecnológica, Centros de Pesquisas e outros participantes do Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável que participem dos APIs e do PTNP, a fim de estabelecer a execução do mesmo.

§ 2º - O plano anual de inovação contemplará estudos de viabilidade, projetos experimentais, aquisição de soluções do mercado, experimentos de soluções, estudos científicos de desempenho e impacto e pesquisas de novas soluções para problemas do Município.

Art. 57 - Cada unidade organizacional da PMB deverá prever em seu orçamento valor anual, para concessão de bolsas de pesquisa em nível de graduação e de pós-graduação, para projetos de seu interesse, para a realização de pesquisas.

§ 1º - Os recursos destinados anualmente para aplicação em bolsas de pesquisa serão equivalentes à cota de 25(vinte e cinco) bolsas em nível de graduação, 10 (dez) bolsas em nível de mestrado e 5 (cinco) em nível de doutorado, em valores equivalentes aos pagos pelo CNPQ para este tipo de bolsa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º - O prazo para conclusão do projeto, apoiado por bolsa de pesquisa não será superior a dois anos para a pesquisa da graduação e do mestrado e três anos para a pesquisa em caso de doutorado.

§ 3º - No caso da graduação não poderá ser aluno do primeiro e do último ano de estudos.

Art. 58 - Cada unidade organizacional da Prefeitura Municipal de Bandeirantes publicará junto às instituições de ensino e pesquisa, anualmente, os temas de interesse para a realização de pesquisas.

Art. 59 - O requerimento de bolsa de pesquisa, acompanhado de projeto de pesquisa, será remetido pela unidade organizacional à SMCTDES que o encaminhará ao Comitê Gestor do Fundo Municipal de Inovação e do Programa de Incentivo a Inovação para análise e deliberação.

Art. 60 - Aprovado o requerimento, este retornará à unidade organizacional, para que esta celebre instrumento legal específico com a instituição de ensino e pesquisa à qual o Projeto de Pesquisa esteja vinculado.

Art. 61 - Todos os trabalhos gerados a partir das bolsas de pesquisa concedidas serão publicados em portal específico integrado ao portal do município.

SEÇÃO III DA REDE DE PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO

Art. 62 - A Rede de Promoção da Inovação - RPI será composta por denominados Escritórios de Promoção da Inovação - EPI, sendo um central, coordenado pela Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo e outros descentralizados, instalados, mediante instrumento legal específico, em instituições públicas ou privadas, constituindo uma rede municipal de instituições engajadas na promoção da inovação, em prol do desenvolvimento sustentável do Município de Bandeirantes.

§ 1º - O EPI Central será coordenado por um dos servidores públicos lotados na Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo.

§ 2º - O Município poderá alocar prestadores de serviços e estagiários, regularmente contratados, bem como servidores, nos Escritórios de Promoção de Inovação – EPI.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 63 - Compete à Rede de Promoção da Inovação:

- I - Apoiar a elaboração de projetos de captação de recursos destinados a realizar atividades e projetos em consonância aos objetivos desta Lei Complementar;
- II - Fiscalizar e realizar a análise técnica no recebimento de projetos relacionados à área de ciência, tecnologia e inovação, contratados ou conveniados pelo Município por meio da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo, e cumprir a mesma função, contudo, como auxiliar, quando contratados ou conveniados por órgãos ou entidades ligadas à Administração direta ou indireta do Município;
- III - Capacitar os funcionários da PMB e entidades conveniadas na elaboração, gerenciamento, fiscalização e recebimento de projetos;
- IV - Integrar ações das entidades da Rede de Promoção da Inovação às necessidades da cidade;
- V - Pesquisar e difundir oportunidades de captação de recursos;
- VI - Propor e implementar projetos que se apresentem como oportunidades de desenvolvimento para o município;
- VII - Assessorar tecnicamente a Administração Pública Municipal na celebração, execução e conclusão de projetos em conjunto com outras entidades públicas ou privadas, relacionados com inovação;
- VIII - Promover a padronização e difundir ferramentas computacionais e metodologias de gestão de projetos no âmbito da Administração Pública Municipal e da Rede de EPIs.
- IX - promover concursos de projetos, feiras, convenções, eventos, congressos e palestras na área de tecnologia e inclusão digital.

Parágrafo Único - A Rede de Promoção da Inovação, dentro das competências previstas neste artigo, poderá auxiliar o inventor independente sem vínculo com entidades públicas ou privadas de ciência, tecnologia e inovação, desde que comprovada a sua condição de carência econômica e concedido o direito isonômico a os todos interessados que preencham as mesmas condições.

SEÇÃO IV

DA AQUISIÇÃO E INCORPORAÇÃO DE SOLUÇÕES

INOVADORAS PELA PMB

Art. 64 - A PMB, em matéria de seu interesse, poderá contratar, na forma da Lei 8.666/1993 em sua versão atualizada, empresa, consórcio de empresas e entidades nacionais de direito privado voltadas para atividades de pesquisa, de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador.

§ 1º - Findo o contrato sem alcance integral ou com alcance parcial do resultado almejado, o órgão ou entidade contratante, a seu exclusivo critério, poderá, mediante auditoria técnica e financeira, prorrogar seu prazo de duração ou elaborar relatório final dando-o por encerrado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º - O pagamento decorrente da contratação prevista no caput deste artigo será efetuado proporcionalmente ao resultado obtido nas atividades de pesquisa e desenvolvimento pactuadas.

§ 3º - O instrumento de contrato deverá prever etapas de execução que permitam verificação de cumprimento das parcelas de execução.

Art. 65 - Visando a promoção do desenvolvimento sustentável, nas licitações instauradas, quando for o caso, será observado:

I - Em igualdade de condições, nos termos da legislação federal em vigor, como critério de desempate, aos bens e serviços produzidos por empresas integrantes de Arranjos Promotores de Inovação devidamente credenciados no Sistema Municipal de Inovação;

II - Margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços prestados por empresas integrantes de Arranjos Promotores de Inovação devidamente credenciados.

§ 1º - A margem de preferência de que trata o inciso II será estabelecida e regulamentada em até 120 (cento e vinte) dias da publicação desta Lei, com base em estudos revistos periodicamente, em prazo não superior a 5 (cinco) anos, que levem em consideração desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no Município.

§ 2º - As margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços, a que se referem o inciso II e § 1º, serão definidas pelo Poder Executivo Municipal, não podendo a soma delas ultrapassarem o montante de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços provenientes de outros municípios.

§ 3º - As disposições contidas nos inciso II e § 1º deste artigo não se aplicam aos bens e aos serviços cuja capacidade de produção ou prestação no Município seja inferior:

I - À quantidade a ser adquirida ou contratada; ou

II - Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas à ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.

§ 4º - Nas contratações destinadas à implantação, manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação, considerados estratégicos pelo Poder Executivo Municipal, a licitação poderá qualificar e ponderar bens e serviços com tecnologia desenvolvida no Município por empresas integrantes de Arranjos Promotores de Inovação - PTNP devidamente credenciados.

Art. 66 - Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras poderão, mediante prévia justificativa da autoridade competente, exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da administração pública ou daqueles por ela indicados, medidas de compensação social ou ambiental visando desenvolvimento sustentável da Administração Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67 - Na aplicação do disposto nesta Lei Complementar serão observadas as seguintes diretrizes:

I - Priorizar ações que visem dotar o sistema produtivo municipal de mais recursos humanos e capacitação tecnológica, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Inovação;

II - Atender a programas e projetos de estímulo à inovação na defesa às questões sócio-ambientais do município;

III. Dar tratamento preferencial, na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público, às empresas integrantes de APIs - PTNP regularmente credenciados no Município;

IV - A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação, na forma da Lei Federal nº 10.973, salvo pactuado de forma distinta pelas partes, em instrumento jurídico próprio.

Art. 68 - As autarquias e as fundações municipais definidas como ICT deverão promover o ajuste de seus estatutos aos fins previstos na Lei Federal nº. 10.973, de 1º de dezembro de 2004 e nesta Lei Complementar.

Art. 69 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação:

Parágrafo Único - Compete ao Secretário Municipal da Indústria, Comércio e do Turismo estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada nesta Lei Complementar, bem como resolver os casos omissos.

Art. 70 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 25 de maio de 2018.

Lino Martins
Prefeito Municipal